



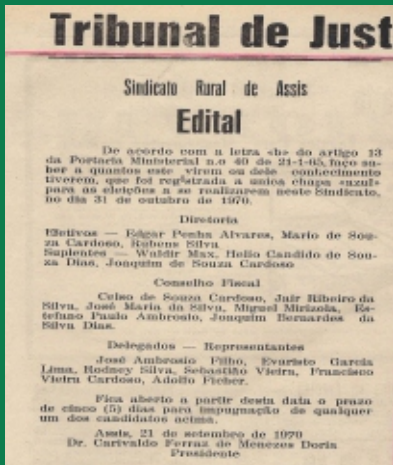
SINDICATO RURAL DE ASSIS

EDIÇÃO ESPECIAL

50
anos

Sindicato
Rural de
Assis

50 anos do Sindicato Rural de Assis



Desde a sua fundação, o Sindicato Rural de Assis (SRA) atua politicamente na defesa do produtor rural. Neste ano, a entidade completa 50 anos de atuação e construiu sua credibilidade mantendo seus princípios inalterados. A preocupação em promover o produtor rural é constante para obter o respeito e a representatividade digna da

Como entidade sindical, desde 1983, vem atuando nas negociações coletivas de trabalho encontrando o consenso e o ponto de equilíbrio que torna as relações trabalhistas mais justas e adequadas à realidade da região. O SRA foi o pioneiro na região ao promover as convenções coletivas no setor rural. Mesmo com as atuais mudanças na legislação trabalhista e nas relações de trabalho, o SRA continua atento às necessidades e interesses da classe produtora.

Através das ações coletivas, sindicais, de classe e associativas é que poderemos fazer algo realmente eficaz. O problema continua o mesmo e as soluções também seguem no mesmo compasso, mas é preciso pôr mãos à obra e é justamente o que nos falta: mãos.

Este informativo tem o objetivo de traçar a história do SRA divulgando suas ações e demonstrando que a entidade continua sintonizada e ativa na busca de soluções, na cobrança dos direitos e na valorização da classe produtora.

Neste sentido, é imperativa a participação de todos. Se todos participarem, mais facilmente conseguiremos atingir os objetivos comuns, quer como entidade, como classe, quer como cidadãos.

atividade que sustenta o país economicamente.

Quem acompanha a nossa trajetória sabe que as reivindicações por uma política agrícola séria e por um seguro de produção e renda são de longa data e continuamos firmes neste propósito.

Editorial Sindicalistas – Ser ou não ser

O “Independência ou Morte”, a Lei Áurea, a proclamação da República, a Constituição Federal de 1988 (feita por parlamentares), em todos esses grandes acontecimentos, que deveriam ter um significado maior na formação de uma nação, a participação popular praticamente inexistiu, como se tudo isso não tivesse ressonância no coração do povo.

E, assim, somos um povo tutelado por um poder central democraticamente “autoritário”. Somos meros expectadores de um teatro corporativo e oligopolizado. Guiados por uma minoria poderosa, centralizada, em que a participação cidadã é pífia.

Esperamos sempre que o governo faça alguma coisa e que só nos cabe querer o melhor. É o que sugere um programa televisivo “O Brasil que eu quero”, como se para isso acontecer não fosse necessário nos engajarmos numa participação coletiva e democrática.

O sindicalismo brasileiro, como estes e outros tantos feitos, também nasceu de uma canetada.

Criou-se por imposição governamental, alimentado pela obrigatoriedade de uma contribuição sindical (ou melhor, “imposto”).

Mais uma vez aquilo que deveria surgir do coletivo, da vontade popular, foi deturpado por uma ação governamental corporativa (ditatorial).

O sindicalismo mundial nasceu no bojo da sociedade para unir o interesse coletivo de segmentos populares nas negociações de políticas classistas. Infelizmente, esse papel não é reconhecido e nem valorizado em nosso país.

Por ser obrigatória, a contribuição sindical misturou bons e maus sindicatos, independente da associação participativa. Perdeu-se o significado de representatividade.

Igualmente ao poder político, voto obrigatório e participação popular zero, passamos pela história sem protagonismo e isso resultou no que deu - muita corrupção e péssimas administrações.

O maldito poder da caneta está acabando com o país.

Como mudar isso?

Sem a participação voluntária e coletiva em associações de classes ou de interesses populares não conseguiremos acabar com as corporações que tomam conta do país, aumentando dia a dia seu poder sobre a população brasileira.

É preciso tomar consciência como cidadãos. Assim como nosso povo é solidário e fraterno, também precisa ser responsável por defender os interesses coletivos.

Por tudo isso, podemos afirmar, “ruim com sindicatos, pior sem eles”.

Analiseemos friamente: o que seria e será sem a existência dessa entidade?

O associativismo é a maneira mais fácil de defender nossos interesses desde

que eles sejam representativos (como na política) e para isso precisa de nossa participação.

O nosso individualismo só irá favorecer ainda mais o poder corporativo e corrupto. Seja contra a obrigação, mas seja a favor da sua responsabilidade como cidadão. Participe!

A obrigatoriedade da contribuição sindical deve acabar, mas não podemos desprezar as conquistas das negociações sindicais, em que todos, sindicalizados ou não, se beneficiaram.

Ouvi esses dias de um advogado de uma empresa “me mostre o documento de que ele é sócio”.

Que documento?! Documento sim que não precisa ser mostrado, pois mais de 30 anos de participação e benefícios não foram obras do acaso, mas sim do trabalho de entidades que por suas grandezas éticas e morais fizeram acontecer. É verdade, ser sócio não é obrigatório, mas como nos fortalecer sem nos associarmos?

Parafrazeando um cronista brasileiro: “Somos um aglomerado amorfo.” E continuaremos a ser, se não quebrarmos esse estereótipo.

Participemos, e aí sim teremos um país para todos, e não o que “eu” quero.

ORSON MUREB JACOB

Presidente do Sindicato Rural de Assis

Sindicato Rural de Assis abriu caminho para o diálogo trabalhista na região Convenção Coletiva de Trabalho

Desde 1983, o Sindicato Rural de Assis promove o entendimento entre produtores e trabalhadores rurais nas convenções coletivas do setor canavieiro e com os sindicatos dos trabalhadores rurais. A legislação que estabeleceu as negociações trabalhistas no meio rural é de 1982, portanto, a região não demorou para assimilar as novas regras. A harmonia existente na região, sem confrontações, se deve a esse bom relacionamento entre a parte patronal e a dos trabalhadores. Infelizmente não são todos que reconhecem este esforço e apenas uma pequena parte dos produtores colabora com a manutenção da base sindical através da contribuição assistencial. Apesar disso todos fazem uso do acordo coletivo para estabelecer os contratos de trabalho.

Mudanças na Legislação Trabalhista

Reforma Trabalhista pode gerar mais confusão.

Com a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, a contribuição sindical passou a ser voluntária e com autorização por escrito do trabalhador.

Isso gerou muita discussão e levantou um problema que não pode ser ignorado.

Para Orson Mureb Jacob, presidente do Sindicato Rural de Assis, todas essas discussões deixam explícitas a falta de interesse do governo, também dos representantes legislativos e de classe em propor caminhos que busquem solucionar os entraves, com clareza e objetividade.

“A formação dos sindicatos começou há muito tempo e sempre contou com a tutela do Estado. Por aí, vemos que a história começou torta e não será de uma hora para outra que o trabalhador

terá consciência de que sua postura como cidadão e trabalhador exigirá mais engajamento e participação nas decisões de classe”. Jacob pondera que a reforma trabalhista deveria ter planejado melhor a retirada da obrigatoriedade da contribuição sindical, reduzindo gradativamente os índices de recolhimento para que as entidades sindicais também tivessem tempo para se reorganizar e conscientizar os trabalhadores da importância de sua participação e favorecer a formação legítima dos sindicatos.

“Do modo como está sendo feito, haverá muita bagunça e confusão. No Brasil, o cidadão pensa que tudo é o governo que tem que resolver. Essa tutela do Estado tira do cidadão o incentivo à participação e à responsabilidade pelas decisões do país”.

EXPEDIENTE

Diretoria

Orson Mureb Jacob
Izo David
Alessandro Mainardi

Suplência de Diretoria

Basílio Barchi
Claudinei Aparecido Furlaneto
Roberto Olea Leone

Conselho Fiscal

Carlos Alves Garcia
Valdir Antonio de Souza

Suplência do Conselho Fiscal

Geraldo Paschoal Moro
José Alfredo Verderesi
Luiz Gonçalves Farinha

Delegados junto à Federação

Izo David
Orson Mureb Jacob

Suplência de Delegados junto à Federação

Alessandro Mainardi
Claudinei Aparecido Furlaneto

Jornalista responsável: **Andrea Lieko Samesima** Reg. Mtb N° 23.127
Diagramação e Arte: **Mateus Garcia Piedade**

Sindicato Rural de Assis
Rua Palmares, 585
Telefone: **(18) 3322 5788**

E-mail: srassis@femanet.com.br

Tiragem: 300 exemplares

Dep. de Redação: **Andrea Lieko Samesima**



Participação e iniciativas do Sindicato Rural de Assis em conjunto com outras entidades regionais

CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO

Em 1985, o SRA junto com outras entidades e órgãos governamentais participou da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico na região de Assis e junto com o movimento nacional contribuiu com a mudança na legislação permitindo que a região pudesse investir na citricultura novamente. Amplo trabalho de conscientização foi realizado com produtores rurais.

RODOVIAS TRANCADAS

Em 1987, rodovias da região foram fechadas em protesto ao baixo preço dos produtos agrícolas, a iniciativa foi dos sindicatos rurais da região.

EXAP E FICAR

O SRA, junto com a Associação Comercial e Industrial de Assis, participou da criação e execução da primeira edição da feira de Exposição Agropecuária de Assis e Região (FICAR) em 1988, bem como de outras edições do evento. Também estava presente na feira que precedeu a FICAR, conhecida como EXAP.

PROTESTO EM BRASÍLIA

Em 1989, um grupo de produtores foi enviado à Brasília para participar de um protesto nacional em relação ao baixo preço da soja. Produtores barraram a comercialização da soja na região.

BRIGA CONTRA AUMENTO NA COBRANÇA DE ITR

Em 1996, os sindicatos rurais da região, encabeçados pelo Sindicato Rural de Assis, questionaram judicialmente o grande aumento na cobrança do ITR que foi quadruplicado. O preço da terra nua estava bem superior ao preço de mercado das terras já trabalhadas. A pressão que começou aqui na região foi levada a outros cantos e o governo teve

que refazer a revisão do cálculo do ITR. Apesar de todos terem sido beneficiados, ninguém se lembra do autor da arte.

CAMINHONAÇO

Em 1999 produtores do Rio Grande do Sul iniciaram uma caravana que integrava o movimento "Acordo Rural" para aprovação do projeto de refinanciamento das dívidas do setor. Chegando à Assis, o movimento fraquejou e foi com o incentivo dos produtores da região que os agricultores seguiram viagem até Brasília.

I CONFERÊNCIA NACIONAL – AGRICULTURA BRASILEIRA: A PRODUÇÃO DE UMA IMAGEM.

Em 1998, contamos com a participação de mais de 500 pessoas de toda parte do país para debater a imagem que o setor rural transmitia à sociedade e quanto dessa imagem era fabricada pela mídia de forma estereotipada. Principais conferencistas: Fernando Homem de Mello (economista), José Levi Montebelo (na época presidente da AEASP – Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, Francisco Graziano (ex-Secretário da Agricultura e Abastecimento), Roberto Rodrigues (ex-ministro da Agricultura) e Aloísio Biondi (jornalista já falecido).

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CÓDIGO FLORESTAL

As entidades relacionadas ao setor rural conseguiram lotar o Cine Teatro Municipal de Assis para a Audiência Pública promovida pela Comissão Especial da Câmara Federal para ouvir a população a respeito do Código Florestal, em fevereiro de 2011.

Produtores rurais da região ocuparam a maior parte dos assentos e conseguiram entregar o documento com reivindicações da região, feito com pesquisadores da APTA – Polo Médio Paranapanema.

NEGOCIAÇÕES COM MONSANTO SOBRE SEMENTES RR1

Em 2012, o Sindicato Rural de Assis entrou com ação judicial contra a Monsanto protestando contra a duplicidade no pagamento de royalties. Depois de muitas discussões e protestos pelos produtores em todo o canto do país a multinacional fez um acordo com os produtores liberando-os do pagamento de royalties sobre a RR1.

CÓDIGO FLORESTAL

Mesmo depois da aprovação do Código Florestal Brasileiro, o Sindicato Rural de Assis junto com os demais sindicatos do Vale do Paranapanema não deixaram de questionar e pressionar autoridades para apressar as mudanças e defender produtores. Várias orientações foram dadas e divulgadas na mídia para produtores manterem-se atualizados quanto à legislação ambiental.

TRATORAÇO

Em 2006, foi realizada uma manifestação em frente à agência do Banco do Brasil em Assis, interditando a Avenida Rui Barbosa. As lideranças rurais conseguiram fazer-se ouvir pelos gerentes bancários.

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS

O SRA sempre lutou pela pelos produtores quanto à renegociação de suas dívidas, sejam elas provocadas por mudanças de índices e planos econômicos. O Sindicato sempre foi uma voz em defesa da situação caótica daqueles que vivem do campo.

DECRETO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA

O SRA também foi incansável ao intervir junto às autoridades regionais para decretar estado de emergência por ocasião de frustração de safra causada pela seca ou pela geadas.

JORNAL DE ASSIS

ASSIS, SEXTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2005

Tratores foram estacionados em frente às agências bancárias e os agricultores se concentraram nas proximidades do Banco do Brasil

Protesto reúne agricultores na avenida



DE 1999

VOZ DA TERRA

REGIÃO

Agricultores definem participação no caminhonãoço



REUNIÃO dos agricultores no Sindicato Rural de Assis

atividades provocadas por fatores legais pelo plano Collor e atualizado pelo plano Real.

A situação da agricultura atual, segundo o presidente do Sindicato Rural de Assis, Osvaldo Mureb Júnior, é praticamente de inviabilidade. "O custo de produção dos produtores é superior a política de comercialização interna dos países e desfavorável, pois o governo não paga o valor real de mercado para o produtor que, para sobreviver, tem que pagar pelo tempo colheita e a colheita em 'muita hora', autêntica.

Um outro ponto ressaltado por Jacob é o da agricultura dependente do crédito dos bancos oficiais, os mesmos que retardam a devaluação do dinheiro (61%) referente à cobrança de um índice ilegal de juros, estipulado pelo Tribunal Superior de Justiça. "A justiça é muito lenta e como se não

business e just de endividamento, o setor ainda não pode cessar, como acontece nos países mais desenvolvidos, com uma política de incentivo à produção", observa.

A expectativa do movimento é de levar para Brasília em torno de 1.500 caminhões de todos os estados do País, representando a insatisfação de mais de 10 mil produtores rurais. "São 500 anos de conformismo. A sociedade percebe que o governo trancou quem produz com uma política monetarista enquanto deveria adotar uma política de desenvolvimento. Na última manifestação, mais de 50 mil agricultores

RECLAMAÇÃO

Produtores não conseguem protocolar pedido de prorrogação nos bancos



Osvaldo Jacob, presidente do Sindicato Rural

ASSIS - Os produtores rurais de Assis não conseguem protocolar seus pedidos de prorrogação nos bancos locais. O movimento já realizou várias reuniões para discutir a situação e tomar providências.

O presidente do Sindicato Rural de Assis, Osvaldo Jacob, afirma que os produtores estão sendo prejudicados por falta de recursos nos bancos locais para atender aos pedidos de prorrogação.

Jacob afirma que os produtores estão sendo prejudicados por falta de recursos nos bancos locais para atender aos pedidos de prorrogação.

O movimento já realizou várias reuniões para discutir a situação e tomar providências.

VOZ DA TERRA

NO 43 - Nº 10.998 - DIRETOR RESPONSÁVEL: EGÝDIO COELHO DA SILVA - DIRETOR DE REDAÇÃO: ELI ELIAS - ASSIS, QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2005 - R\$ 1,00

Produtores protestam em Maracá e Palmital



O movimento aconteceu em todo território nacional para conscientizar o Governo Federal sobre a urgência de uma política agrícola condizente com a necessidade do produtor.

Os produtores de Palmital (Instituto) em Assis, no Estado do Rio de Janeiro, foram os primeiros a realizar o protesto nacional por uma política que lhes garanta produção e renda. Apenas a reunião de Palmital foram 400 produtores e 300 caminhões participantes do protesto.

Atuação Jurídica

O departamento jurídico do Sindicato Rural de Assis já fez várias defesas tendo como finalidade proteger os direitos e os interesses da classe produtora. Muitos associados já tiveram assessoria do departamento jurídico que continua à disposição para orientar e oferecer soluções aos diversos problemas relacionados com a categoria e as atividades produtivas.

Produtores Rurais obtiveram vitória em Ação de Restituição contra o Banco do Brasil

Em 2008, os Sindicatos Rurais de Assis e de Cândido Mota assessoraram produtores rurais em uma Ação Ordinária de Restituição de Indébito contra o Banco do Brasil. O motivo foi

o alto índice cobrado na correção da poupança rural do Banco do Brasil, durante o plano Collor para quem fez financiamento no Banco do Brasil até março de 1990, através da poupança rural. Em

2009, a justiça deu ganho de causa contra o Banco do Brasil e o produtor que havia entrado com a ação recebeu o valor requerido com todas as correções devidas desde 1990.



Palestras

O Sindicato Rural de Assis sempre acreditou na partilha de informação e na disseminação de idéias que promovam o desenvolvimento e principalmente o fortalecimento do setor no

combate à manipulação política e econômica das atividades produtivas. Com isso em vista sempre trouxe profissionais especializados para esclarecer os produtores nos diversos assuntos relacionados à classe.



Jurista Lutero de Paiva Pereira – 2007

Os produtores rurais têm o direito assegurado

legalmente de questionar a União sobre a aplicação da Política Agrícola, pois é o único setor econômico que tem a atividade regulamentada pela

Constituição e, trata-se também de uma atividade de interesse social que garante a estabilidade da nação através da produção de alimentos.

Os sindicatos são os únicos em defender a renda do produtor rural e que estão procurando alternativas de garantir a sustentabilidade da atividade rural.



Miguel Daoud - 2009

O consultor financeiro e comentarista do programa Mercado & Cia, do Canal Rural, Miguel Daoud veio à Assis para falar com os produtores rurais sobre a política agrícola e a rentabilidade no campo. Conhecido por defender o produtor rural e a importância de se garantir a rentabilidade da produção, Daoud ganhou notoriedade por suas análises realistas e isentas de influências corporativistas.

tas e isentas de influências corporativistas.



Luís Carlos Silva de Moraes – 2009

Jurista especializado em direito ambiental trouxe

uma visão bem diferente do que seja preservação ambiental. O principal ponto da discussão foi demonstrar a incompatibilidade do Código Florestal de 1965, com a Constituição Federal de 1988. Moraes apresentou os conceitos de preservação ambiental e ecossistema descritos na Lei Maior e demonstrou que o Código Florestal anterior não

contemplava a mesma significação, contendo itens que iam contra o especificado pela Constituição. Em sua opinião, o setor rural é o primeiro que sofre com o impacto da lei, mas a sociedade como um todo é penalizada pelos reflexos que isso trará no aspecto sócio-econômico e principalmente, ambiental. Segundo ele, embora o papel de garantir a preservação seja do Estado, em termos práticos, nada mudará se a sociedade não se mobilizar localmente para impulsionar essas mudanças.



Atualizar o conhecimento também eleva a produtividade no campo

Desde 1996, o Sindicato Rural de Assis vem realizando cursos de capacitação profissional e de promoção social para os produtores e trabalhadores rurais da base territorial da entidade que além

de Assis cobre os municípios de Florínea, Tarumã e Echaporã. São realizados mais de 100 cursos por ano beneficiando cerca de duas mil pessoas.



Curso de Jardinagem



Programa de Alfabeização



Programa Feira do Produtor



Ciranda de Esporte e Lazer Rural foto



Participação na FICAR foto



Curso de Processamento de Carnes e Aves